

**SER MÃE OU NÃO SER, EIS A QUESTÃO: UM ESTUDO SOBRE OS  
ASPECTOS DA ROMANTIZAÇÃO DA MATERNIDADE E DA  
MATERNAGEM QUE INFLUENCIAM NA DECISÃO DAS MULHERES DE  
TEREM FILHOS OU NÃO.<sup>1</sup>**

Amanda de Oliveira Queiroz<sup>2</sup>

Carolina Bunn Bartilotti, Dra<sup>3</sup>

**Resumo:** A romantização da maternidade e maternagem atravessa fortemente todas as mulheres, as afetando em vários âmbitos de suas vidas e influenciando, sobretudo, suas escolhas e decisões. O fenômeno se mostra estrutural, consistente e desafiador. Além disso, é uma ferramenta potente que estipula juízo de valor à mulher e garante que todas as pessoas sigam o que foi há muito tempo construído socialmente. Nesse sentido, a pesquisa que apresenta caráter exploratório, teve como objetivo caracterizar os aspectos da romantização da maternidade e da maternagem que influenciam na decisão de ser ou não ser mãe em mulheres no estado de Santa Catarina. Participaram do estudo mulheres residentes do estado de Santa Catarina, com 18 anos ou mais e o instrumento utilizado para a coleta dos dados foi um questionário *on-line* que coletou 104 respostas passíveis de análise. Vários foram os aspectos observados e identificados durante o desenvolvimento da pesquisa. Dentre eles evidenciam-se os estigmas que acreditam que a maternidade é um requisito para a completude da mulher e a crença da “mãe guerreira” que querendo ou não atribui um valor social maior às mulheres que são mães e sobretudo, às que se sacrificam em prol do filho.

**Palavras-chave:** Romantização da maternidade. Maternidade. Maternagem. Filhos. Mulher.

## 1 INTRODUÇÃO

A figura da mulher sempre esteve relacionada à maternidade, querendo ou não, já teve tempos, inclusive, que esse foi o seu principal e único papel. Mesmo com o passar dos anos é difícil negar essa associação, visto que, biologicamente essa função ainda é exclusivamente dela. Contudo, ainda que seja uma minoria, também sempre existiu àquelas que por muitos motivos decidem por não exercerem a maternidade. Mas afinal, o que seria da humanidade se todas as mulheres se abstivessem desse papel? Embora o contexto seja muito pouco provável é interessante refletir, pois é nítido o quanto desde

---

<sup>1</sup> Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação de Psicologia da Universidade do Sul de Santa Catarina como requisito parcial à obtenção do título de psicóloga.

<sup>2</sup> Acadêmica do curso de Psicologia da Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL. E-mail: amanda\_oliveiraqueiroz@hotmail.com

<sup>3</sup> Professora orientadora titular na Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL. E-mail: carol.bartilotti@gmail.com.

muito cedo a sociedade trata de se encarregar de moldar as meninas para a maternagem. O que se observa é que através das brincadeiras elas já ensaiam para serem mães e por intermédio das mídias, da cultura e até mesmo de exemplos dentro da família, continuam sendo instruídas e treinadas para maternar (SOUZA, 2019).

Dessa forma, as mulheres são envolvidas por mitos românticos sobre a maternidade desde a infância e quando crescem isso se sustenta. De acordo com Machado et al. (2019) mesmo as que decidem por não terem filhos, acabam exercendo a maternagem, seja através de algum familiar ou até através do cuidado com plantas e animais, isso se dá principalmente porque esse é um papel socialmente e culturalmente atribuído a elas. Nesse sentido, é possível perceber que “o processo de cuidar de outro, de certa forma, pode redimi-las de uma culpa, e, ao mesmo tempo, justifica a não maternidade” (MACHADO et al., 2019, p. 1129). Por essa lógica, a mulher de um jeito ou de outro, aparenta estar sempre atrelada ao papel de mãe e mesmo estando “presente na maioria dos meios de atividades existentes, seu conceito como figura doméstica e responsável pela prole continua arraigado à sua própria essência” (BALUTA, MOREIRA, 2019, p. 01).

Assim, a maternidade e suas implicações, têm sido um assunto cada vez mais recorrente em discussões e estudos, que com um viés problematizador também estão procurando pautar a expectativa social versus a realidade descrita pelas mulheres. A partir disso, surgiram termos como maternagem e romantização, como já citados aqui, que juntamente com a maternidade se relacionam entre si, entretanto, mesmo que a maternidade e a maternagem estejam associadas, ambas apresentam conceitos distintos. O processo de maternagem é caracterizado pelos cuidados que a mãe tem com o filho, ou até mesmo que um responsável que represente a figura materna tem com a criança, nesse âmbito o que se destaca são as relações afetivas e de vínculo, logo, a maternagem não se limita às demandas fisiológicas do filho, mas também as psíquicas (GRADVOHL et al., 2014). Já a “maternidade volta-se para relações biológicas, ou seja, relação consanguínea entre mãe e filho, incluindo a gestação e o parto” (FONSECA et al., 2018, p. 184).

Quanto ao termo romantização, o mesmo pode ser entendido como um conjunto de ideias com conteúdos fantasiosos ou como uma espécie de maquiagem que muitas vezes encobre e disfarça a realidade e as dificuldades de determinados assuntos. O fenômeno quando diz respeito a maternidade e maternagem, se caracteriza pela crença de formas idealizadas desses processos que intensificam seus pontos positivos e ignoram os

negativos, distorcendo ou subestimando o quão difícil pode ser para a mulher ser mãe (SOUZA, 2019). A romantização também pode contribuir e fazer com que alguns sentimentos comuns, esperados e ligados à maternidade e a maternagem sejam desconsiderados e surjam comparações seguidas de frustrações e sofrimento.

Problematizando a questão, Viella (2015, p. 15) afirma que “a mulher que se vê diferente do papel considerado ideal, com dúvidas e receios em relação aos cuidados necessários aos filhos, tende a se sentir inferior ou incapaz de lidar com situações decorrentes da função materna.” Desse modo, a possibilidade de se ver sozinha nesse contexto causa angústia e comumente indignação e intolerância frente a situações que diferem da sua experiência. Logo, diante das representações de maternidade perfeita que algumas mães manifestam, muitas vezes, influenciadas pelo discurso dominante proveniente da cultura e propiciado pela sociedade de que não se deve reclamar das tarefas que envolvem a maternagem, é compreensivo que muitas mulheres se cobrem e reflitam se são as únicas a sentirem dificuldade nesse processo (REIS, ALENCAR, 2017).

Para Pesce e Lopes (2020), o que também acontece é que muitas mães preocupadas em atender o ideal social de maternidade perfeita, acabam exibindo uma imagem que não condiz com a realidade. As autoras ainda sinalizam sobre a importância de se falar sobre o lado B da maternidade, para que se possibilite que conflitos relacionados a esse processo se manifestem.

Em contrapartida, também cabe frisar a importância de se evitar generalizações, pois cada mulher vivencia a maternidade de um jeito e isso depende muito do contexto em que a mesma está inserida. Pereira e Tsallis (2020) alertam para o cuidado com as universalizações e com a hegemonia de uma determinada maternidade, pois certamente nem todas as experiências contemplam as vivências de todas as mulheres. Dessa forma, é importante destacar que existem sim, mães que não encontram grandes dificuldades na maternagem e isso não significa necessariamente que estejam encobrindo a realidade.

Diante desse contexto, convém trazer as contribuições de Winnicott (1999) que apesar da época já entedia que as idealizações em torno da maternidade poderiam ser um problema e por isso apropriou-se dos termos “mãe suficientemente boa” ou “maternagem suficientemente boa” sempre que falava sobre as relações das mães com os filhos, visando transmitir uma concepção não idealizada da função materna. Dessa forma, o autor deixa claro que a mãe suficientemente boa não tem a perfeição inatingível muitas vezes cobrada pela sociedade, mas tem os elementos suficientemente necessários para o bom desenvolvimento e funcionamento do filho, além disso, afirma que todas possuem suas

falhas, mas que até mesmo essas falhas são valiosas para a constituição dos sujeitos. Para Winnicott (1999) as mães só precisam ser suficientemente boas identificando-se com seus filhos sem perder a sua individualidade.

Mesmo assim, o que aparentemente se nota é que a sociedade continua a fazer cobranças, exigindo filhos e uma maternagem plena. E frente a tantas pressões, “o estímulo ocupa o lugar do dever, gerando desejos que não estão isentos da influência de construções sociais, muitas delas históricas” (SOUZA, 2019, p. 08). Logo, o que fica é a seguinte indagação: até onde as mulheres tomam atitudes influenciadas pela perspectiva social da maternidade e/ou da maternagem?

Badinter (1985) responde essa questão quando em sua obra afirma que o papel da mãe e até mesmo do pai e filho são determinados em função das necessidades e dos valores que dominam uma dada sociedade e que esses fatores também influenciam no comportamento materno. A autora aborda a maternidade e as formas de maternagem através dos seus contextos históricos, com isso é possível observar que as mesmas nem sempre foram encaradas do ponto de vista do século XXI. Do mesmo modo Moura (2004) também confirma que a relação entre mãe e filho passou por muitas transformações durante a história e isso se dá principalmente pelos contextos sociais e científicos vividos em diferentes períodos. Dessa forma, a visão de amor materno que se conhece “atualmente é bastante recente. Nos relatos históricos é destacada a invisibilidade da criança nas relações interpessoais, passando pela recusa de sua amamentação até a completa negligência, reputando-a inclusive como um estorvo” (BALUTA, MOREIRA, 2019, p.03).

Scavone (2001) afirma que a maternidade é uma construção social, com o objetivo de regular o lugar da mulher na sociedade, designando-a aos afazeres domésticos e à maternagem. A autora ainda pontua que o aspecto biológico não é o fator principal que destina as mulheres ao papel de mãe, mas sim, o sentido social construído acerca da maternidade, que de acordo com ela surgiu para favorecer o domínio do sexo masculino sobre o feminino, o que conseqüentemente “determinava a ausência das mulheres no espaço público, confinando-as ao espaço privado e à dominação masculina [...] Logo, a recusa da maternidade seria o primeiro caminho para subverter a dominação masculina e possibilitar que as mulheres buscassem uma identidade mais ampla, mais completa” (p. 139).

Sendo assim, Scavone (2001) ainda reitera que o significado social dado a maternidade sempre vai ser um motivo a influenciar a decisão da mulher de ter ou não ter

filhos. “Este significado revela que, apesar das inúmeras mudanças ocorridas na situação social das mulheres [...] Com toda a certeza, a maternidade ainda separa as mulheres socialmente dos homens e pode até legitimar, em determinados contextos, a dominação masculina” (p. 150).

Para Souza (2019) o significado social atribuído à maternidade, pode ser entendido como uma “normativa no que se refere à dimensão da norma social” (p. 62). Na compreensão da autora a maternidade é vista como regra, como um dever, que muitas vezes sacrifica os desejos da mulher e ainda dita o modo em que as mães precisam se comportar. Além disso, ela problematiza a supervalorização que as mídias atribuem ao papel da mãe através de romantizações acerca da maternagem e critica a prática da maternidade compulsória. A autora afirma que muito dificilmente a mulher escolhe ser mãe livre de pressões e que isso acontece de forma estrutural, através da família, do parceiro, do relógio biológico, ou pela falta de orientação sobre uso de contraceptivos. Logo, as mulheres seguem sofrendo com a maternidade compulsória que segundo ela também é a “prática pela qual a conduta feminina é regulada” (p. 59).

E é sobre esse cenário que em seu blog Cila Santos (2020) provoca algumas reflexões sobre o assunto, que talvez mereçam serem trazidas como referência pela relevância a respeito das questões abordadas. Para a blogueira as pressões da sociedade se configuram em forma de mitos criados à respeito da maternidade com o objetivo de romantizar os processos maternos, o que ela afirma não passar de estratégias psicológicas que “garantem que algumas pessoas submetam-se a determinados papéis sociais e naturalizem situações onde são imensamente prejudicadas, sem dar-se conta disso” (CILA SANTOS, 2020, n.p). A blogueira ainda traz que a romantização da maternidade é considerada uma ferramenta para garantir que essa tarefa seja cumprida. Por isso, também “observa -se que a mulher se mantém naturalizada na condição de mãe” (BALUTA, MOREIRA, 2019, p. 02)

Assim, muitas mulheres continuam tendo filhos sem ao menos saberem o porquê ou de que forma foram influenciadas a chegar à essa decisão. Souza (2019) afirma que quando questionadas muitas mães chegam a relatar que ao menos pensaram prudentemente sobre o assunto antes de engravidarem e a maioria delas demonstra certo arrependimento a respeito da decisão tomada. Ao mesmo tempo há mulheres que se tornam mães sem que tivessem esse desejo, seja por acidente, ou por falta de orientação, nesses casos o que se nota é a presença de influência religiosa e moral. Logo, compreende-se que as mesmas não possuem o controle total do próprio corpo e constantemente se

veem obrigadas a maternar, uma vez que são impedidas de interromper a gravidez indesejada em lugares onde o aborto ainda é considerado crime (SOUZA, 2019).

Em outra condição também estão as mulheres que não têm filhos por falta de oportunidade frente a precariedade dos serviços públicos e a dificuldade de se manter ou conseguir um emprego e dispõem assim, de uma situação financeira viável para a chegada dos filhos. Isso não quer dizer então, que não queiram, mas sim que não possuem as condições necessárias para tal decisão. Posto isto, o que se verifica é que não é possível identificar a presença real de escolha em nenhuma das situações descritas; o que existe, nesse contexto, são consequências de uma construção social de maternidade e de problemas voltados a modelos governamentais (SOUZA, 2019).

Contudo, as mulheres que optaram por não terem filhos e estão certas dessa decisão, ainda que possuam condições para isso, também sofrem. Mesmo que as pressões decorrentes da maternidade compulsória não as influenciem a mudar de ideia, ainda há quem precise lidar com a estigmatização, com o estranhamento dos outros e com a exclusão. Além disso, Mansur (2003) explica que a maternidade ainda é um papel tão atrelado a identidade feminina que a decisão de não ser mãe, comumente precisa ser reafirmada com o tempo, pois a reorganização da identidade é algo que demora a acontecer.

Outra questão pertinente ao assunto é que segundo Oliveira e Oliveira (2021) existe uma diferença relacionada à reação social perante as mulheres que escolhem por não serem mães e as que são impedidas por fatores biológicos de exercerem a função. As que preferem não ter filhos, são julgadas e pressionadas socialmente, já sobre às que não podem fisiologicamente gestar e gerar um filho, o que se nota é um olhar de compaixão ou de pena. Isso porque para as mulheres a categoria maternidade ainda é um modo de atestarem sua feminilidade e quando isso não acontece ela é desacreditada, considerada fora dos padrões e essa postura frequentemente ainda provoca sentimentos de anormalidade e exclusão (MANSUR, 2003).

A respeito disso, Viella (2015) também aponta que no próprio círculo feminino existe um estranhamento por parte de mães em relação às mulheres que não querem ter filhos. Segundo a autora o que se percebe é um distanciamento entre elas e até mesmo um embate, onde as mães ignoram mulheres com opiniões e condutas diferentes das delas. Nesse sentido, a autora explica que isso acontece pela própria cultura em que as mulheres estão inseridas, mas adianta que “aparentemente muitas diferenças sociais ainda

persistem devido à manutenção das próprias mulheres acerca do seu modo de lidar com determinadas situações, as quais também são generalizadas e possivelmente ausentes de maiores avaliações” (p. 24). Dessa forma, a autora atenta não ser possível culpar somente os homens pelo machismo, uma vez que muitas mulheres o reforçam à medida que julgam umas às outras e se submetem a regras sociais sem questionar se devem ou não as aceitar.

Diante desses questionamentos e sabendo que a sociedade muitas vezes usa da romantização de diversas situações como instrumento para influenciar as pessoas, inclusive no que se refere à escolha de ter filhos ou não, é que a respectiva pesquisa teve como objetivo caracterizar os aspectos da romantização da maternidade e da maternagem que influenciam na decisão de ser ou não ser mãe em mulheres no estado de Santa Catarina, partindo de dois objetivos específicos onde um procurou identificar os aspectos da romantização da maternidade e da maternagem que influenciam na decisão de *ser* mãe e o outro na decisão de *não ser* mãe em mulheres no estado de Santa Catarina. E é considerando toda a problemática acerca dessa temática que se acredita na relevância da pesquisa nos mais diversos âmbitos, uma vez que mesmo que a sociedade costume passar por transformações de tempos em tempos é notório o quanto algumas questões insistem em permanecer, inclusive as relacionadas ao universo feminino que está diretamente associado ao papel da mulher, à sua representatividade e ao seu poder e liberdade de escolha.

Entretanto, “para que as decisões reprodutivas sejam realmente “livres” e não compelidas pelas circunstâncias ou por desespero, é necessário que existam certas condições que constituam a base dos direitos sexuais e reprodutivos, o que as feministas denominam autonomia feminina” (CORRÊA, PETCHESKY, 1996, p. 159). E para que isso seja possível é preciso estimular o pensamento crítico nas mulheres, o que segundo Corrêa e Petchesky (1996) é feito através da educação e também de outras oportunidades que contribuam para que as alternativas de escolha se ampliem e de fato seja exercido os direitos sociais da mulher. Só assim, ela poderá impedir a terceirização de suas próprias decisões e dentre as opções escolher com propriedade a que melhor lhe cabe e não a única que havia disponível.

## **2 MÉTODO**

O respectivo estudo apresenta caráter exploratório, dessa forma, o intuito da pesquisa foi proporcionar o entendimento de uma temática até então pouco estudada, à medida que visou responder quais aspectos da romantização da maternidade e da

maternagem influenciam na decisão de ser ou não ser mãe em mulheres no estado de Santa Catarina? Propondo assim, a familiarização com um assunto pouco conhecido. No que diz respeito à natureza da pesquisa, a mesma possui aspecto quantitativo com um corte transversal à medida que procurou analisar as informações coletadas de uma dada situação em um determinado momento, visto que foi realizada em um curto período de tempo, restringindo-se a delimitar as inferências apenas durante a fase de coleta de dados, não havendo um acompanhamento pela pesquisadora de suas participantes a longo prazo. O estudo também teve como base um delineamento por levantamento de dados.

A pesquisa foi direcionada somente ao público feminino, dessa forma, participaram do estudo apenas mulheres com 18 anos ou mais, residentes do estado de Santa Catarina. O instrumento utilizado para a coleta dos dados foi um questionário *online* estruturado pela pesquisadora que coletou 104 respostas passíveis de análise. A página inicial do instrumento referia-se ao termo de consentimento livre e esclarecido e o restante composto de três perguntas referentes aos critérios estabelecidos para participação da pesquisa, dez itens de caracterização e 33 itens que questionavam a percepção das participantes sobre a romantização da maternidade e da maternagem com as seguintes alternativas cada uma: Concordo totalmente, concordo parcialmente, nem concordo, nem discordo, discordo totalmente, discordo parcialmente e a opção “prefiro não responder” inclusa em todas as questões cujo as respostas eram obrigatórias.

O questionário foi disponibilizado pela plataforma *Google Forms* e aceitou respostas em um período de 20 dias, entre os meses de agosto/setembro de 2022. A divulgação ocorreu através de redes sociais como Instagram, Facebook e lista de transmissão no WhatsApp mediante arte de divulgação elaborada pela pesquisadora. Banners contendo informações sobre a pesquisa e *Qr code* para acesso ao questionário também foram utilizados em espaço público com maior circulação de pessoas.

Quanto aos cuidados éticos da pesquisa, sua participação foi condicionada ao aceite do termo de consentimento livre e esclarecido por parte das participantes. Pautando-se deste modo, a defender a dignidade e as vulnerabilidades das mulheres em questão, respeitando-as em sua autonomia. Além disso, o projeto deste estudo foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) da Universidade do Sul de Santa Catarina sendo aprovado em 09 de agosto de 2022, protocolo 5.570.692, respeitando assim os critérios descritos na Resolução nº 466 de 12 de dezembro de 2012 e Resolução nº 510 de 07 de abril de 2016 do Conselho Nacional de Saúde.

As mulheres que participaram da pesquisa tiveram seus dados sob sigilo, não havendo exposição de dados pessoais. As informações coletadas serão arquivadas pela pesquisadora por um período de cinco anos após realização da pesquisa, sendo descartados somente depois desse tempo. Os riscos previstos, pelos quais as participantes poderiam ter sido submetidas eram considerados mínimos, sendo eles de natureza moral. Contudo, não foram identificadas ocorrências de desconforto ou outro tipo de sofrimento que necessitasse de atenção no decorrer da participação da pesquisa. Além disso, cabe salientar que as participantes serão beneficiadas indiretamente com a pesquisa e não foram de forma alguma remuneradas por tal iniciativa.

A análise estatística descritiva foi o método utilizado para a análise de dados que foi feita através do *Google forms* com base na planilha do *software Excel* que organizou e categorizou as informações coletadas a partir da média extraída do conjunto de dados obtidos, visando identificar as tendências dos dados e das variações expostas. Além disso, buscando uma melhor compreensão para a análise, os 33 últimos itens do instrumento utilizado foram divididos em categorias classificadas entre: crenças/ valores (22 itens), dificuldades (2 itens), dimensão social (8 itens) e biológica (1 item) e suas alternativas substituídas por uma numeração de um a cinco, onde menos que três significa menos tendência a concordância e mais que três uma maior tendência a concordância entre as respostas.

### 3 ANÁLISE DE DADOS

O questionário utilizado como instrumento para coleta de dados obteve 104 respostas sujeitas a análise. Mulheres, catarinenses com idades entre 18 e 58 anos responderam à um total de 46 itens. Destas, 50 mulheres declararam que já são mães e 52 declararam não terem filhos. Dentre os itens de caracterização constavam opções que visavam compreender a pretensão condizente ao desejo de ter filhos entre as participantes. Os resultados obtidos estão apresentados na Tabela 1:

Tabela 1 – Caracterização do perfil das participantes com e sem filhos (n = 104)

Item	n	%
Mulheres que são mães e não pretendem ter mais filhos.	46	40
Mulheres que são mães e pretendem ter mais filhos.	4	4
Mulheres que não são mães, mas pretendem ter filhos um dia.	37	32
Mulheres que não são mães e não pretendem ter filhos um dia.	15	13

**Fonte:** Elaboração da pesquisadora, 2022.

Os dados também mostraram que 40 mulheres declararam estarem satisfeitas com apenas um ou dois filhos. E no que se refere ao planejamento reprodutivo, quando questionadas se ter se tornado mãe foi uma atitude planejada, 26 responderam que sim e 24 responderam que não. Demonstrando que de certo modo muitas mães ainda são surpreendidas com a maternidade. Quanto às mulheres que ainda não são mães foi possível perceber que a maioria delas tem a intenção de ter filhos um dia, dessa forma, os resultados indicam que embora as mulheres estejam optando por ter menos filhos, o desejo de experimentar a maternidade até então predomina.

Segundo Simão, Coutinho e Guedes (2020) dados do IBGE (2017) apontam que nas últimas duas décadas a taxa de fecundidade vem demonstrando queda no país; de acordo com os autores as mulheres estão preferindo famílias menores. Além disso, em função do adiamento do primeiro filho cada vez mais recorrente, muitas mulheres também estão terminando o seu período reprodutivo sem se tornarem mães, “o que tem contribuído para que a fecundidade observada seja reduzida pela ação do efeito tempo” (MIRANDA-RIBEIRO, GARCIA, FARIA, 2019, p .01)

Presume -se que alguns dos motivos para que esse fenômeno se configure são as transformações tanto sociais, quanto culturais que impactaram no significado da maternidade e no comportamento das mulheres, que em função da maior igualdade de gênero estão podendo desfrutar de mais independência e mais oportunidade para conquistar objetivos em outros campos. Nesse sentido, aspectos como carreira profissional e estabilidade financeira estão se apresentando como prioridades em seu planejamento reprodutivo (SIMÃO, COUTINHO, GUEDES, 2020).

Entretanto, mesmo que as mudanças tenham despertado nas mulheres o desejo de conquistar outros sonhos que vão além da maternidade, o estigma de que a mulher se torna mais completa quando tem filhos ainda é recorrente entre o próprio público feminino. A supervalorização da mulher mãe ainda é preeminente na sociedade e causa grande influência, até mesmo as que já são realizadas em outros âmbitos, se sentem incompletas até que experienciem a maternidade (SIMÃO, COUTINHO, GUEDES, 2020; SOUZA, 2019).

Diante disso, cabe destacar que o questionário também procurou compreender melhor a percepção das participantes em relação à maternidade e à maternagem incluindo em sua estrutura alguns itens que visaram identificar possíveis relações entre o fenômeno da romantização e o modo pelo qual as participantes enxergavam tanto a maternidade quanto a maternagem, sejam elas mães ou não. Os itens contavam com alternativas que

posteriormente para fins de análise da média dos resultados foram substituídas por uma numeração de um à cinco, onde menos que três representa menos concordância entre as mulheres e média maior que três mais concordância entre elas. A primeira categoria estabelecida diz respeito a crenças/valores e seus resultados estão expostos na Tabela 2.

Tabela 2 – Resultados obtidos a partir da média de cada item da Categoria crenças/valores

Item	Média
Mulheres que não desejam amamentar não podem ser consideradas boas mães.	1,25
Toda mulher deveria priorizar o parto por cesárea, não sente dor, não sofre e pode marcar o dia que preferir para ter o bebê.	2,05
Mulheres que não tem filhos são mais felizes.	2,09
A chegada dos filhos fortalece o relacionamento dos casais.	2,42
Só existe uma coisa melhor que ter um filho, que é ter dois.	2,45
Mulheres que tem filhos são mais felizes.	2,62
Mulheres que amamentam tem mais facilidade de se sentirem mães.	2,68
A maternidade é uma experiência muito especial, pela qual toda mulher deveria passar.	2,69
As mulheres nascem com um instinto materno para cuidarem dos filhos.	2,72
Toda mulher deveria priorizar o parto natural, dói na hora, mas depois de pegar o filho nos braços, se esquece de todo o sofrimento que passou.	2,72
Todas as mulheres deveriam optar pelo parto humanizado, pois possibilita à mulher tomar as rédeas do próprio parto e fazer desse momento lindo, tranquilo e especial, sem a frieza das intervenções dos hospitais.	2,77
Ser mãe é um dom divino, no qual a única missão é cuidar e amar incondicionalmente um anjo na Terra.	2,80
A mulher só conhece o amor verdadeiro quando se torna mãe.	2,87
As mulheres não precisam ter medo de ter mais que um filho, pois o amor não se divide, ele só aumenta e a felicidade será ainda maior.	3,02
Para ser uma boa mãe, a mulher deve ser paciente, carinhosa, dedicada e se sacrificar em prol do bem estar do filho.	3,10
Mãe solteira é sinônimo de força, garra e coragem.	3,33
Muitas mulheres se arrependem de não terem tido filhos.	3,53
Muitas mulheres se arrependem de terem tido filhos.	3,61
Encontrar o parceiro ideal, ter filhos e formar uma família é muito importante para as mulheres.	3,70
Existe um sentimento entre as mães, onde as mulheres odeiam a maternidade, mas amam os seus filhos.	3,70
Muitas mulheres não são mães por receio de não conseguirem ser boas nessa função.	3,70
Não existe uma receita para se tornar uma mãe perfeita, mas existem várias para ser uma boa mãe.	3,86

**Fonte:** Elaboração da pesquisadora, 2022.

A partir da tabela é possível observar que o item “mulheres que não desejam amamentar não podem ser consideradas boas mães” foi o que apresentou menos concordância entre as participantes, o que significa que a maioria delas não concorda com essa afirmação. Contudo, nove itens da respectiva categoria apresentaram uma média superior à três o que indica mais concordância entre as participantes em relação a essas afirmações.

Esses itens foram elaborados pela pesquisadora a partir de falas e pensamentos considerados comuns entre a sociedade e estão diretamente associados a romantização da maternidade e da maternagem. O curioso é que enquanto algumas crenças parecem já estarem caindo por terra, outras insistem em permanecer na concepção das mulheres, um exemplo disso é o item: *“Mãe solteira é sinônimo de força, garra e coragem”* que demonstra que algumas mulheres ainda enxergam essa mãe de forma romantizada.

Primeiramente cabe aqui discutir a importância de se desvincular o estado civil dessa mulher da sua condição de mãe, uma vez que a responsabilidade pelos cuidados com o filho, independe da mulher estar ou não em um relacionamento, já que por via de regra o pai da criança também tem responsabilidade mesmo que já não esteja mais em um relacionamento com a mãe. Dessa forma, o termo mais adequado à mulher que escolhe ou não assumir para si toda a responsabilidade que envolve os cuidados com um filho é “mãe solo”, visto que hoje ela também tem a liberdade de constituir uma família de várias outras formas, sem que dependa necessariamente de um marido. (BORGES, 2020).

Contudo, de acordo com Borges (2020) as mães solo por iniciativa própria, ainda são minoria no país, nesse sentido, o grande problema relativo ao assunto, está na naturalização do abandono paterno, quando por esse motivo a mãe se vê obrigada a tomar para si toda a responsabilidade com o cuidado dos filhos e no quanto as “expressões atribuídas às mães solo como “mães guerreiras” e “pães” (esta última que representa acumulação de função de “pai” e mãe”) são utilizadas popularmente para esconder o pai ausente e enaltecer a sobrecarga feminina no que diz respeito ao trabalho de cuidado” (p. 19). Demonstrando assim, as formas sutis com que muitas vezes a romantização age, escondendo verdadeiros problemas sociais.

Outro item que se mostrou relevante pelo nível de concordância entre as respostas foi *“para ser uma boa mãe, a mulher deve ser paciente, carinhosa, dedicada e se sacrificar em prol do bem estar do filho”* o que indica a existência de um ideal de maternagem e reafirma o quão romantizados são os comportamentos que colocam as mães em detrimento de seus filhos. Esse item também se relaciona muito com o item anteriormente aqui discutido, principalmente no que diz Mestre e Souza (2021) de que a sociedade entende que “quanto mais uma mulher renuncia à sua vida pessoal para cuidar dos filhos, maior é seu compromisso e seu amor de mãe” (p.06).

Segundo as autoras, muitas mães continuam a vincular maternidade com sacrifício. “Influenciadas pela perspectiva da maternidade da devoção, do amor incondicional, do cuidado e da responsabilidade” (p.03), as mulheres assumem uma

posição que comumente resulta em grandes prejuízos para as suas vidas. Nesse contexto, as autoras ainda pontuam que a maternidade acaba estruturando vários mitos que favorecem a ideia de “renúncia pessoal em função do outro” (SOUZA, 2005, p. 298, apud MESTRE, SOUZA, 2021, p. 03).

E nesse âmbito de maternidade e maternagem como sinônimos de sacrifício, também estão as mulheres que entendem a função materna como uma tarefa árdua, que envolve renúncias que nem todas estão dispostas a se submeterem. Isso pode significar que elas possam estar discutindo mais sobre assuntos que abordem as dificuldades maternas umas com as outras ou que de algum modo essas mulheres estão passando a entender a maternidade e a maternagem por outros ângulos.

O item “*muitas mulheres não são mães por receio de não conseguirem ser boas nessa função*” demonstra que de certa forma um maior número de participantes acredita que muitas mulheres possuem uma visão preconcebida da função materna em que temem não dar conta desse papel. O sentido que a afirmação tem para as mulheres que responderam pode estar associado as suas próprias experiências ou a aspectos sociais. De toda forma, ao concordarem com a afirmação as participantes manifestam noção da complexidade que implica ser mãe.

Entretanto de acordo com Simão, Coutinho e Guedes (2020) o medo de ser mãe também pode estar ligado a romantização da maternidade, à medida que “o conflito entre a existência de um instinto materno e as dificuldades impostas pela rotina diária de cuidados com o bebê torna as mulheres mais cautelosas em relação à decisão sobre ter ou não filhos” (p.15). Os autores ainda completam que as mulheres também temem a responsabilidade e os impactos do “para sempre” em suas vidas. O medo, nesse contexto, também pode estar associado as fantasias que fazem parte do imaginário da mulher e as inseguranças diante do que ainda não experimentou, mas que em contrapartida já ouviu muito o que falar (CAMPOS, FÉRES-CARNEIRO, 2021).

De qualquer forma, essa discussão interage com o item “*não existe uma receita para se tornar uma mãe perfeita, mas existem várias para ser uma boa mãe*” a afirmação com média mais alta de concordância dentro da categoria, talvez também sirva para explicar o receio que muitas mulheres possuem da maternidade, que surge a partir dos efeitos decorrentes da maternagem padronizada por conta de sua romantização. Nesse sentido, as exigências sociais parecem cada vez mais inatingíveis, o que causa sofrimento em mulheres que não tem filhos por conta da impressão de que não seriam capazes para assumirem tal papel e também entre as próprias mães que sofrem em decorrência das

cobranças diárias e muito bem estruturadas dentro de suas redes sociais (GOMES, CAFIEIRO, 2019).

Outra questão relevante é que “*encontrar o parceiro ideal, ter filhos e formar uma família é muito importante para as mulheres*”. Este item também apresentou uma média expressiva de concordância entre as participantes, o que segundo Simão, Coutinho e Guedes (2020) sugere determinada expectativa e valorização da família nuclear. Para os autores essa concepção é ainda mais evidente entre mulheres com discursos religiosos que percebem o matrimônio como algo “instituído por Deus” e os filhos como sendo “heranças do senhor”. Além disso, os autores ainda afirmam que como um todo para a maioria das mulheres estudadas:

O desejo pela maternidade é tido como algo que aflora naturalmente, com o passar do tempo e da idade e, especialmente, após uma união. Realizar-se enquanto mulher é considerada uma das vantagens da maternidade e o filho é visto como alguém que chega para trazer alegrias e “somar” à relação. (p.10)

Diante disso, é possível identificar certo conteúdo fantasioso resistente na imaginação dessas mulheres. A ideia de que os filhos chegam para somar em um relacionamento demonstra uma noção positiva no que diz respeito às consequências desse acontecimento, mas que nem sempre é real. Os aspectos romantizados em torno do casal com filhos muitas vezes se sobressaem na perspectiva social, entretanto, estudos sobre satisfação conjugal entre casais com e sem filhos como o de Lima e Alves (2010) revelam que a “satisfação conjugal mostrou-se mais frequente nas pessoas sem filhos e a insatisfação conjugal, nas com filhos” (p.432).

Em contrapartida, isso já parece fazer sentido entre as participantes dessa pesquisa, uma vez que o item “*a chegada dos filhos fortalece o relacionamento dos casais*” não apresentou média maior que três, o que indica que as participantes não concordaram com o item. Dessa forma, o que se entende é que embora as mulheres ainda busquem formar uma família, aparentemente elas demonstram discernimento referente ao papel que os filhos exercem no relacionamento conjugal.

Ademais cabe enfatizar que isso não quer dizer, que casais sem filhos são mais felizes que os casais com filhos, ou vice e versa. O intuito desta discussão é manifestar elementos romantizados que nem sempre condizem com a realidade, deixando principalmente as leitoras, mais cientes que situações que envolvem decisões, expectativas e fantasias, comumente também envolvem riscos e possibilidades complexas demais para permanecerem disfarçadas entre as crenças sociais (LIMA, ALVES, 2010).

Esse ponto da discussão talvez possa ajudar a compreender melhor o porquê de muitas mulheres concordarem com a afirmação: “*existe um sentimento entre as mães, onde as mulheres odeiam a maternidade, mas amam os seus filhos*” no sentido de que em relação à maternidade e a maternagem quanto maior é a expectativa gerada no imaginário da mulher e quanto mais essa expectativa se distancia da realidade, maiores costumam ser as chances da experiência ser decepcionante (GREINERT, MILANI, 2015). Além do mais, a afirmação também demonstra certo grau de compensação e tentativa de justificar que o que se odeia é a maternidade e não os filhos, atitude que indica uma possível preocupação com julgamentos romantizados.

Apesar disso, de acordo com Maldonado (1997 apud GREINERT, MILANI, 2015, p. 27) “algumas mães podem com facilidade gostar da imagem idealizada de seu filho, mas não do bebê real, fruto de sua produção”. Dessa forma, é bem possível que muitas mães além de não gostarem de exercer a maternidade, também não tenham afeição pelos filhos, ou pelo menos não apresentem o amor do ponto de vista normativo. O fato é que o assunto ainda é visto como um tabu e por isso dificilmente uma mãe admite tal sentimento, uma vez que a sociedade não consegue entender como pode uma mãe não amar o filho, geralmente censurando e julgando duramente essa mulher. Em seu estudo Mestre e Souza (2021) abordam o assunto e problematizam a forma com que se exige que as mães tenham certos sentimentos, como se isso tivesse fator biológico. Segundo as autoras:

A ligação de mãe e filho é estabelecida pelo frequente contato entre ambos, que reconhecem e visualizam um no outro referências únicas de benevolência, respeito, companheirismo e carinho, e não por efeitos naturais previamente determinados. Diante desse entendimento, Simone de Beauvoir (1967, p. 291) define que não existe a figura da mãe “desnaturada”, posto que o amor materno nada tem de natural, mas que, precisamente por causa disso, não há mães más e, sim, mães que divergem do perfil de maternidade estabelecido socialmente e construído culturalmente. (p.08)

Souza (2019) também chama a atenção quando questiona a crença do amor materno como instintivo. A partir de Badinter (1985) a autora argumenta que essa percepção de amor pode fazer com que em muitos casos mulheres que sentem ou se comportam diferente do esperado diante da maternidade sejam diagnosticadas e medicalizadas precipitadamente “já que socialmente não se pode admitir que uma mãe não ame o filho” (p.114). Para a autora se torna mais fácil patologizar determinados sentimentos do que encarar o que difere do “normal”.

Diante de toda essa discussão e variados pontos de vista, não surpreende que os itens “*muitas mulheres se arrependem de não terem tido filhos*” e o contrário “*muitas mulheres se arrependem de terem tido filhos*” tenham apresentado médias semelhantes, uma vez que essa dicotomia recebe influência tanto do que é socialmente aceito, quanto de elementos que sugerem uma desconstrução no que diz respeito a percepção das mulheres em relação à maternidade. Além disso, um item não anula o outro, logo, as participantes poderiam concordar com as duas afirmações sem que isso fosse necessariamente contraditório, supondo assim, uma visão mais ampla, onde parece que os dois itens podem ser perfeitamente possíveis para elas.

Todavia embora semelhantes, os resultados mostraram que um número um pouco maior de participantes concorda que o arrependimento associado a escolha de ter ou não ter sido mãe, é algo sentido mais entre mulheres que decidiram ter filhos e não entre as que optaram por não ter. Em seu estudo Viella (2015) explica que “a pressão e regras sociais já aceitas fazem com que as pessoas se questionem sobre determinadas situações, e não somente no que se refere a opção de ter filhos. Possivelmente, sentimentos ambivalentes também são presentes em mulheres que já tiveram filhos” (p.25).

Nesse sentido, mesmo que o senso comum acredite que o arrependimento seja um sentimento mais presente entre as mulheres que decidem não ter filhos, o que se percebe é que essas mulheres estão cada vez mais bem resolvidas com a sua decisão. Ao mesmo tempo as mães estão se sentindo mais confortáveis para reconhecerem que se arrependem e que isso não necessariamente afeta seu comportamento ou o que sentem pelo filho, mas apenas que compreendem a maternidade como um paradoxo que já vem se confirmando a cada estudo realizado (SOUZA,2019).

Em suma, essa categoria visou discutir os itens com resultados mais relevantes dentre as médias. As afirmações estudadas até aqui possuem características que permitem compreendê-las através da dimensão de crenças ou valores sociais. Contudo, como dito anteriormente outros itens foram classificados e melhor distribuídos entre outras categorias consideradas pela pesquisadora mais adequadas para cada afirmação. Assim, a próxima categoria (Tabela 3) discutirá os itens que abordam a dimensão social que como Souza (2019) descreve, está relacionada “às dinâmicas sociais, relações de poder e aos conceitos de influência, identidade, comunidade e diferenças culturais e/ou sociais [...] às expressões linguísticas que denotam status, conflitos, negociações e gerenciamentos de impressão” (p.98).

Tabela 3 – Resultados obtidos a partir de cada item da categoria de dimensão Social

Item	Média
Filhos deixam as mulheres desleixadas com a própria aparência.	1,99
A melhor escolha a se fazer é não ter filhos, pois ser mãe é extremamente difícil.	2,21
As mulheres devem estar sempre atentas a sua aparência, mesmo depois de terem tido filhos é importante manter a unha e o cabelo em dia, além disso uma maquiagem para disfarçar as imperfeições é sempre bem vinda.	2,29
Sempre que vejo fotos felizes de amigas grávidas ou com seus bebês nas redes sociais sinto vontade de ter filho.	2,70
Gravidez não é doença, se a mulher realmente quiser trabalhar não é o fato de estar grávida que vai impedi-la.	3,64
Muitas mulheres se tornam mães por cobrança da família, companheiro e/ou amigos.	3,87
A sociedade hipervaloriza as mulheres que amamentam.	3,97
A sociedade ainda tem muito preconceito com mulheres que escolheram não ter filhos.	4,47

**Fonte:** Elaboração da pesquisadora, 2022.

Dentre os itens dessa categoria, quatro apresentaram média de concordância superior à três. O item *“Gravidez não é doença, se a mulher realmente quiser trabalhar não é o fato de estar grávida que vai impedi-la”* é um destes. O resultado relacionado ao item parece revelar certa predisposição social a desconsiderar as individualidades de cada mulher e as limitações eminentes que envolvem a gestação. De fato, gravidez não é doença, mas é sabido que a condição pode sim ser capaz de desencadear problemas que impedem que algumas mulheres possam seguir fazendo suas atividades normalmente. A afirmação além de indicar possível falta de incompreensão pela experiência de outras mulheres, trás a tona novamente o princípio de sacrifício como sinônimo de mãe guerreira e evidencia a supervalorização social da pessoa que trabalha e que não deixa de ser produtiva.

Outro ponto de vista interessante é o trazido por Silva (2014), que a partir de Helman (2003) explica que o conceito de saúde sofre variações entre pessoas de diferentes classes sociais, nesse sentido, o que se percebe é que a visão funcional de saúde vista apenas como ausência de doenças *“é bastante comum dentre as populações mais pobres que têm maior necessidade de continuar trabalhando, independente de como se sentem. Ademais, estas representações podem estar sustentadas no princípio socialmente aceito de que gravidez não é doença”* (SILVA, 2014, p.47). Paim (1998) complementa as contribuições de Silva (2014) ao discutir sobre a noção social de saúde, doença e como isso afeta a forma como se encara o trabalho durante a gestação. Para a autora:

A constante ressalva de que não há necessidade de romper com as atividades cotidianas pode ser compreendida a partir de três elementos: como já foi dito, a gravidez é assimilada como fenômeno saudável e a doença, em geral, é

constatada pela ruptura com as atividades rotineiras, trabalho, sono; o trabalho é visto como ajuda para a preparação para o parto, pois vai 'abrindo os ossos'; a gravidez e o trabalho doméstico são percebidos como atividades próprias das mulheres, demarcando sua posição social circunscrita ao espaço doméstico (p.41)

Logo, o que emergiu da respectiva afirmação manifesta possíveis inferências de ordem social, tanto no que diz respeito aos elementos romantizados identificados, quanto a percepção de saúde, doença e trabalho que diverge entre os diferentes grupos socioeconômicos. Contudo, cabe levantar a possibilidade de que a interpretação do item tenha levado as participantes a defenderem a ideia do trabalho durante a gestação como direito e que a situação não deve ser encarada como um impeditivo para que a mulher faça o que quiser, o que indicaria uma intenção positiva.

Mas apesar da hipótese ser possível, vale destacar que a frase “gravidez não é doença”, além de emblemática foi inserida na afirmação justamente pela sua conotação hostil e condenatória, logo, mesmo que não se descarte a influência da interpretação, o mais provável é que as respostas tenham sofrido interferências das diferentes percepções que as participantes apresentaram em relação ao trabalho, a saúde, doença e principalmente a gravidez, o que pode tornar o resultado ainda mais interessante, uma vez que não se pode ignorar que entre as participantes haviam mulheres com e sem filhos o que também pode ter influenciado o seu entendimento sobre o assunto.

O que também chama a atenção é que os quatro itens que apresentaram uma média de concordância elevada, manifestaram uma característica em comum, que concerne ao fato de todos estarem relacionados à alguma forma de pressão ou cobrança social, seja de modo sutil, estrutural ou escancarado; em certa medida todos possuem aspectos que configuram o caráter coercivo. O item anterior se encaixa nessa concepção, por envolver um dogma que comumente cobra da mulher disposição e produtividade, sem considerar as diferentes situações e condições de saúde e trabalho, o que conseqüentemente gera desconforto entre as mulheres que não conseguem continuar a realizar suas atividades habituais durante o período da gestação.

Já o item “*muitas mulheres se tornam mães por cobrança da família, companheiro e/ou amigos*” talvez seja o que mais evidencie as pressões e exigências sociais. Além disso, a afirmação também estabelece relação direta com o item que apresentou a maior média entre as quatro categorias, que alega que “*A sociedade ainda tem muito preconceito com mulheres que escolheram não ter filhos*”

De acordo com Simão, Coutinho e Guedes (2020) a pressão social geralmente exerce forte influência no projeto de maternidade entre as mulheres, principalmente se elas já estiverem casadas há algum tempo. O que se observa é que aparentemente “a pressão ocorre por etapas, sendo que a inicial se dá ao serem questionadas sobre quando irão encontrar um parceiro, seguida pela cobrança do casamento e posteriormente pela cobrança por filhos” (VIELLA, 2015, p.17).

A pressão da família e amigos é bastante presente e em muitos casos é a que mais causa efeito entre as mulheres, talvez não no que diz respeito ao momento preciso em que devam ter filhos, mas sim no que se refere ao processo de decisão de ser ou não ser mãe (SIMÃO, COUTINHO, GUEDES, 2020). A pressão de desconhecidos também é muito comum e segundo Viella (2015) costuma ser mais ofensiva, principalmente quando a mulher escolhe não ter filhos, isso porque a família e os amigos tendem a compreender e respeitar mais sua decisão, enquanto que os desconhecidos se sentem mais confortáveis para invadir sua privacidade, já que não possuem um entendimento pessoal de seus motivos.

Dentro desse assunto, os referenciais estudados não destacam o parceiro como alguém que costuma pressionar a mulher a voltar atrás em sua decisão de não ter filhos. Para Viella (2015) isso pode ser percebido mais como uma suposição do que como um fato, sendo um pensamento muito mais comum entre os estereótipos e preconceitos sociais e evidente em comentários que visam questionar a mulher sobre a opinião do companheiro, ou que induzem a mesma a pensar em dar um filho para o parceiro, logo, “além da cobrança para ter filhos, é presente a ideia de que a mulher tem uma cobrança para satisfazer as vontades do marido também” (p.20). Simão, Coutinho e Guedes (2020) chegam a mencionar o parceiro como alguém atrelado às cobranças por um filho, mas não no contexto de mulheres que não querem ser mães e sim entre as que possuem o desejo de ter filhos, mas que escolheram adiar o momento.

Diante disso, é possível entender a decisão de ter ou não ter filhos, como um acordo em comum entre o casal, em muitos casos firmado até mesmo antes de assumirem um compromisso mais sério. Nesse contexto, o que talvez fique mais evidente seja a dificuldade entre os casais que desejam ser pais de decidirem o momento certo para viverem tal experiência. Toda escolha por menor que seja, pode gerar dúvidas e incertezas, por isso é compreensível que um passo tão importante, como a que envolve ter filhos, seja difícil. Desse modo, Gomes e Cafieiro (2019) afirmam que o “momento requer um preparo para adaptação, reajustes na vida do casal para que a família consiga funcionar

de forma saudável para todos os membros” (p.11), mas diante de tanta pressão, um momento que poderia ser postergado comumente acaba sendo antecipado sem que isso fosse realmente a vontade do casal ou particularmente da mulher.

Todavia, é nítido que a mulher é a que mais sofre com as pressões e cobranças, sobretudo quando o assunto é maternidade. De toda forma, as participantes da presente pesquisa parecem estarem cientes disso, uma vez que o item “*a sociedade hipervaloriza as mulheres que amamentam*” foi um dos que obteve uma média considerável de concordância, o que expõe uma noção em comum sobre a amamentação e as pressões por traz do seu valor social, mesmo que nesse âmbito, os termos mais adequados talvez sejam os conceitos de se autocobrar, se autopressionar.

Sobre esse assunto, Cadoná e Strey (2014) explicam que o significado e os sentidos atribuídos a amamentação são produtos de uma construção histórica, em que são influenciados de diferentes formas e também dependem de fatores culturais e sociais. Para as autoras, no Brasil o aleitamento materno é visto como um interesse de saúde pública e por isso a amamentação é fortemente incentivada. No entanto, sem questionar os benefícios à saúde que comprovadamente a amamentação trás tanto para mãe quanto para o bebê, em seu estudo as autoras atribuem às recentes práticas de incentivo ao aleitamento uma grande influência no que se refere a frustração vivenciada pelas mulheres diante desse ato.

A crítica das autoras se concentra nas campanhas nacionais de incentivo à amamentação veiculadas pelo governo através das mídias, que de forma bastante romantizada e através da sensibilização e de discursos sobre as vantagens do leite materno, colocam sobre a mulher toda a responsabilidade pela saúde do filho e pelo sucesso da prática de amamentar, sem considerar suas condições sociais ou outros problemas. Cadoná e Strey (2014) ainda criticam a forma em que técnicas de incentivo à amamentação fragmentam o corpo da mulher, na medida em que toda a ênfase está voltada para a mama e não ao corpo como um todo que também sofre com o processo. E pontuam que esse tipo de incentivo está voltado apenas para um tipo de mãe excluindo todas as outras que por algum motivo não usam do seu corpo para alimentar o filho.

Embora seja compreensível o valor e importância atribuído à amamentação por seus inquestionáveis e inúmeros benefícios, a forma com que se procura promover saúde, nesse contexto, indica possíveis equívocos. Se por um lado se preocupam com a saúde, porque não fazer isso de forma abrangente e inclusiva, sem que isso afete negativamente a saúde mental das mães?

Por essa razão cabe aqui questionar e refletir sobre as condutas de incentivo e pra quem elas estão dirigidas. A partir disso, algumas questões se mostram inevitáveis de serem levantadas, um exemplo é quando se pensa nas mães que nem se quer tem o que comer para poder produzir leite, elas estão incluídas no plano de incentivo? E as mulheres que sofrem com fissuras mamárias e fortes dores nas mamas, são retratadas nas campanhas? E as mães adotivas? E as mães mastectomizadas (que retiraram cirurgicamente os seios) são representadas de que modo nas propagandas que mostram mães com seios fartos amamentando com um sorriso no rosto? E o sofrimento e as dificuldades por traz da amamentação? Porque não discutem sobre o assunto nas campanhas de TV ou nos cartazes em espaços públicos? Enfim, tudo isso, para expor que o problema não está no incentivo que é sempre bem vindo, mas sim na forma romantizada com que as propagandas retratam a amamentação e nos prejuízos a saúde mental que a exclusão provoca nas mulheres que não conseguem amamentar e se veem distantes da representação das campanhas.

Por fim, o que fica da análise dos resultados que surgiram dessa categoria referente à dimensão social, é que justamente a sociedade caminha lentamente para a desconstrução das ideias normativas que manifestam pressões, exigências e cobram comportamentos que frequentemente desafiam as mulheres a se manterem convictas ao que pensam, ao que sentem e ao que escolhem fazer de suas vidas. Assim, as percepções e valores sociais, há muito tempo construídos se manifestam de forma estrutural diante das pessoas, fazendo com que até mesmo as próprias mulheres compactuem com as noções deturpadas sobre o universo feminino. Posto isto, a análise continua a partir dos resultados da categoria classificada como dificuldades (Tabela 4) que contém itens correlacionados ao assunto anterior, bem como à circunstâncias que no mínimo são vistas como barreiras na rotina das mulheres.

Tabela 4 – Resultados obtidos a partir de cada item da categoria Dificuldades

Item	Média
As mulheres exageram quando falam sobre as dificuldades em relação à maternidade.	1,88
A parte mais chata da maternidade é não poder falar da maternidade.	3,24

**Fonte:** Elaboração da pesquisadora, 2022.

Essa categoria contém dois itens, mas apenas um resultou em uma média de concordância superior à três, o que surpreende positivamente, uma vez que isso significa que a maioria das participantes já não concorda mais com a afirmação que diz que “as

*mulheres exageram quando falam sobre as dificuldades em relação à maternidade”* o que indica mais sororidade entre elas, que através de suas experiências ou de vivências de outras pessoas, estão conseguindo perceber com mais veracidade a prática materna.

Souza (2019) em seu estudo aborda as diferentes percepções que mulheres no geral possuem a respeito da maternidade. E através da análise de postagens e depoimentos em redes sociais, a autora revela que ao mesmo tempo que ainda há muita romantização acerca da maternidade, também existe muitas mulheres indo contra essa perspectiva e expondo suas angústias e o sofrimento por traz de suas experiências. A autora ainda nota que em meio a diversas críticas também é possível observar sentimentos de solidariedade e identificação entre as mulheres que vivenciam as mesmas dificuldades.

Então, se por um lado as mulheres estão expressando mais seus sentimentos e trocando experiências umas com as outras, por outro elas também concordam que *“a parte mais chata da maternidade é não poder falar da maternidade”* o que supõe determinada insatisfação no que diz respeito à frequência ou conteúdo do que se gostaria de falar. Logo, o que se nota é uma necessidade de discutir sobre a maternidade e a maternagem, seja para expor seus aspectos positivos ou para desmentir conteúdos românticos (SOUZA, 2019).

Para Oliveira - Cruz e Conrad (2022) o espaço mais usado para discutir assuntos maternos tem sido as redes sociais, nelas as mulheres estão conseguindo expressar mais espontaneamente suas aflições e frustrações diante de suas experiências. Segundo as autoras as redes sociais estão sendo consideradas espaços de trocas, onde as mulheres conseguem interagir e ter mais contato com conteúdos que se identificam. Mas apesar disso, as autoras também afirmam que a interação das mulheres ainda se apresenta de forma tímida, onde as mesmas visualizam e curtem determinadas publicações que exibem as dificuldades da maternidade, mas não se sentem confortáveis para compartilharem ou postarem esse tipo de conteúdo em seus perfis e quando publicam algo que gera repercussão, comumente utilizam de artifícios como o humor para amenizar a crítica.

Nessa perspectiva, fica nítido o quanto o assunto ainda causa incômodo e preocupação com julgamentos, o que *“pode demonstrar a eficiência da construção normativa da maternidade patriarcal, em consonância com a predominância nas redes de narrativas idealizadas de vida, que sugerem a exposição de momentos felizes e de realização”* (OLIVEIRA – CRUZ, CONRAD, 2022, p.10). Portanto, é perfeitamente compreensível a insatisfação das mulheres e sua ânsia por poder falar de forma sincera e direta sobre a maternidade, a medida que aparentemente seja preciso alguma espécie de

consentimento social para manifestarem o que pensam, uma permissão inexistente que visa aceitação e muitas vezes reprime suas ações e pensamentos, as impedindo de desabafar e compartilhar o lado difícil vinculado a experiência materna.

Dando continuidade à análise, a última categoria irá abordar o resultado obtido através da denominada dimensão biológica (Tabela 5). Essa categoria conta com apenas um item, que foi assim classificado por tratar de um fator orgânico inerente e inevitável, que frequentemente influencia a mulher a antecipar seu projeto reprodutivo, ou tomar decisões importantes sem que esteja preparada para isso. Uma pressão natural, que faz com que muitas vezes as mulheres se sintam impotentes e reféns diante da situação.

Tabela – 5 – Resultado obtido a partir do item da categoria de dimensão biológica

Item	Média
O "relógio biológico" é um fator que contribui para que as mulheres decidam se tornarem mães antes que realmente apresentem esse desejo.	4,16

**Fonte:** Elaboração da pesquisadora.

*O "relógio biológico" é um fator que contribui para que as mulheres decidam se tornarem mães antes que realmente apresentem esse desejo*” é o único item dessa categoria e apresentou uma alta média de concordância entre as mulheres que participaram desse estudo, o que não surpreende, uma vez que o fator natural se faz influente por seu aspecto irremediável e por se mostrar inevitável. O passar do tempo comumente resulta em maturidade, porém também evidencia o envelhecimento do corpo, algo que independe da vontade humana para acontecer e que prejudica o potencial físico em vários aspectos.

Bernardi, Féres-Carneiro e Magalhães (2018) pontuam que “a idade da mulher condiciona sua fertilidade que tem declínio após os 30 anos, e sofre um agravamento nítido, sobretudo a partir dos 35 anos. A idade condiciona não só a gravidez espontânea, mas também a taxa de sucesso das técnicas de reprodução medicamente assistida” (p. 169). E por isso, segundo as autoras o fator biológico é o principal motivo para que os casais não escolham esperar muito tempo para decidirem ter filhos.

E embora a adoção ainda se apresente como uma opção, segundo Souza (2019) a maioria das mulheres ainda demonstram preferência por filhos biológicos por almejam viver as experiências da gestação e da amamentação. “Posicionamento que pode se relacionar à biologização: laços sanguíneos entre mãe e filho são os mais valorizados, construindo uma relação afetiva supostamente mais autêntica” (p.166). A visão do que é ser mãe, nesse contexto, se mostra diretamente associada à noção social sobre a adoção e

à romantização dos processos que envolvem a maternidade como a gravidez, amamentação e até mesmo o parto. Além disso, para Mansur (2003) o filho biológico possui significados e representações que atestam a capacidade e a saúde da mulher, o que interfere imensamente na propensão das mulheres em optarem por antecipar a chegada dos filhos em um momento inadequado ao invés de tornarem-se mães por meio da adoção com a vantagem de poderem escolher o tempo certo para isso.

Logo, o que se percebe é que mesmo que o item trate de um fator sobretudo de influência biológica, ao que tudo indica a afirmação não está isenta de preceitos e valores sociais, a medida que é carregada de princípios implícitos. E até mesmo quando não se manifesta de forma evidente, de um jeito ou de outro a romantização se faz presente, muitas vezes em aspectos que se disfarçam dentre as problemáticas, mas que quando aprofundados em estudos ou pesquisas como esta, se revelam, de modo que as coisas começam a fazer mais sentido.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O respectivo estudo buscou responder “quais aspectos da romantização da maternidade e da maternagem influenciam na decisão de ser ou não ser mãe em mulheres no estado de Santa Catarina.” E nesse sentido, é seguro dizer, que vários foram os aspectos observados e identificados durante o desenvolvimento da pesquisa. Dentre eles evidenciam-se os estigmas que acreditam que a maternidade é um requisito para a completude da mulher e a crença da “mãe guerreira” que querendo ou não atribui um valor social maior às mulheres que são mães e sobretudo, às que se sacrificam em prol do filho. O que nesse contexto, acaba contribuindo para que a mulher penda para a direção de se tornar mãe.

Em contrapartida, elementos que indicam o receio que muitas mulheres possuem de não conseguirem serem boas mães, também surgiram. E associados à decisão de não ter filhos, aspectos que propõem uma maternidade e maternagem mais complexas, também mostraram influenciar essa atitude nas mulheres, o que não quer dizer, entretanto, que estão necessariamente isentos de romantizações, à medida que assim como já foi falado nesse estudo, até mesmo as dificuldades que envolvem o maternar são afetadas pela romantização. Por isso, o que se observa é que a depender do motivo, mulheres que escolhem não ter filhos, também podem sofrer com influências romantizadas.

Outro aspecto que surgiu e que se mostra relevante dentro dessa discussão foi a concepção que as participantes demonstraram em relação ao não poder falar sobre a

maternidade, o que sugere dificuldade em poder dialogar sobre o que gostariam e/ou na frequência que gostariam. Nesse sentido, se as mulheres não se sentem à vontade para falarem ou trocarem experiências maternas reais, é possível presumir que as percepções em torno da maternidade e maternagem fiquem comprometidas, interferindo de certa forma no discernimento da mulher e na atitude consciente.

Além disso, a pesquisa demonstrou assim como o estudo de Corrêa e Petchesky (1996) que as mulheres não são totalmente livres para fazerem suas próprias escolhas e sofrem com a desigualdade de liberdade pois frequentemente suas decisões são tomadas sob imensa pressão por parte da sociedade, da família e de amigos que também costumam agir influenciados por ideias românticas reforçadas pelo contexto social em que vivem. Nesse sentido, o que se pôde observar é que as pressões e cobranças não só ameaçam a liberdade das mulheres, como também impactam à sua subjetividade, à medida que afetam seus sentimentos, seus julgamentos e suas próprias percepções em relação à maternidade e a maternagem.

Concepções relacionadas a formas de preconceito e exclusão também apareceram e manifestaram em certo nível, associação com romantizações. E até mesmo um fator de influência que parecia puramente biológico, demonstrou ser afetado por conteúdos romantizados. O que valida a ideia de um sistema estrutural com bases sólidas e muitas vezes implícitas, que merecem atenção.

A pesquisa também confirmou o que Lopes et al. (2014), Souza (2019), Baluta, Moreira (2019), Simão, Coutinho e Guedes (2020) identificaram em seus estudos, de que as mulheres ainda encontram grandes dificuldades de se desprenderem de algumas amarras sociais. Um exemplo curioso disso é que mesmo atualmente tendo assumido uma multiplicidade de outros papéis que também possuem valor social, ter filhos e formar uma família, continua sendo um propósito importante dentro de seu planejamento, expondo basicamente o significado superestimado socialmente construído em cima da maternidade e da constituição da família.

Aqui, cabe enfatizar, que o desejo de ter filhos e constituir uma família, não tem que se configurar necessariamente como um problema, contanto que quando houver a possibilidade de escolha, ela seja uma decisão consciente, livre de mitos, de romantização, que lide com a realidade. Por isso, caracterizar os aspectos que influenciam as mulheres nesse processo é importante, pois pode contribuir para uma conscientização social do fenômeno, que muitas vezes passa despercebido por já se mostrar estrutural, mas que não deixa de trazer consequências para a sociedade.

Também se percebeu que pesquisas em torno da maternidade e sua romantização por parte da sociedade, estão sendo desenvolvidas com mais frequência, mas ainda são poucas as que estudam sobre a influência disso na tomada de decisão da mulher. Em contrapartida as circunstâncias vêm se mostrando cada vez mais favoráveis à necessidade desse tipo de estudo, uma vez que seus resultados poderiam favorecer iniciativas de promoção de saúde com o intuito de alcançar o público feminino, conscientizando e desconstruindo possíveis mitos sobre a maternidade e a maternagem. Isso contribuiria para que as mulheres tomassem decisões mais fundamentadas com a realidade, evitando assim, muitos prejuízos futuros.

Em suma, o estudo demonstrou que a romantização da maternidade atravessa fortemente todas as mulheres, pois é um fenômeno consistente há muito tempo enraizado na cultura e na sociedade. Além disso, é uma ferramenta potente que estipula juízo de valor à mulher e garante que todas as pessoas sigam o que foi socialmente construído (MACHADO et al., 2019; MANSUR, 2003; SCAVONE, 2001; SOUZA, 2014). Dessa forma, desconstruir todo esse aparato ainda se apresenta como algo complexo que depende de uma conscientização que a sociedade não dispõe no momento, logo, o que resta são os estudos que visam compreender melhor o fenômeno e contribuir para que de alguma forma transformações venham a ocorrer com o tempo.

## REFERÊNCIAS

BADINTER, E. (1985). **Um amor conquistado: O mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

BALUTA, M. C; MOREIRA, D. **A injunção social da maternagem e a violência**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/FyKrFxRTTBCVQ36GPcYm53y/?lang=pt>  
Acesso em: 13 abr. 2022.

BERNARDI, D; FERES-CARNEIRO, T; MAGALHAES, A. S. Entre o desejo e a decisão: a escolha por ter filhos na atualidade. **Contextos Clínic**, v. 11, n. 2, p. 161-173, ago. 2018. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1983-34822018000200003](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-34822018000200003) Acesso em: 24 out. 2022.

BORGES, L. Mãe solteira não. Mãe solo! Considerações sobre maternidade, conjugalidade e sobrecarga feminina. **Revista Direito e Sexualidade [online]**. 2020, v.

1, n. 1. Disponível em:

<https://periodicos.ufba.br/index.php/revdirsex/article/view/36872/21118>. Acesso em: 15 out. 2022.

CADONÁ, E; STREY, M. N. A produção da maternidade nos discursos de incentivo à amamentação. **Revista Estudos Feministas [online]**. 2014, v. 22, n. 2, pp. 477-499.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ref/a/VB9vpRhtqxP4n3sdyVS3wrc/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 12 mai. 2022.

CAMPOS, P.A; FÉRES-CARNEIRO, T. Sou mãe: e agora? Vivências do puerpério.

**Psicologia USP [online]**. 2021, v. 32. p. 01-09. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pusp/a/gRDZZ9sPmPNXKBBJnRtrkQ/?lang=pt#>. Acesso em: 01 mai. 2022.

CORRÊA, S; PETCHESKY, R. Direitos sexuais e reprodutivos: uma perspectiva feminista. **Physis, Rio de Janeiro**, v. 6, n. 1-2, 1996. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/physis/a/K7L76NSSqymrLxfsPz8y87F/?lang=pt>. Acesso em: 21 abr. 2022.

FONSECA, L. K. R; MARQUES, I. C. L; SANTOS, C. T. M; GOMES, D. R;

MATTOS, M. P. **Maternagem: Vivenciando ações de educação em saúde que auxiliam na promoção do aleitamento materno**. Disponível em:

<https://doi.org/10.18310/2446-4813.2018v4n1p183-192>. Acesso em: 09 abr. 2022.

GOMES, B. S. S. CAFIEIRO, G. M. **“Ser mãe é padecer no paraíso”: Vivências e desafios de ser mãe em uma sociedade que romantiza a maternidade**. Disponível em:

[https://www.faculdadecienciasdavidacom.br/sig/www/openged/ensinoBibliotecaVirtual/000296\\_624cbf81b305c\\_000281\\_5e0a409d89635\\_Artigo\\_TCC\\_sala\\_conexao.pdf](https://www.faculdadecienciasdavidacom.br/sig/www/openged/ensinoBibliotecaVirtual/000296_624cbf81b305c_000281_5e0a409d89635_Artigo_TCC_sala_conexao.pdf).

Acesso em: 15 out. 2022.

GRADVOHL, S. M. O; OSIS, M. J. D; MAKUCH, M. Y. Maternidade e formas de maternagem desde a idade média à atualidade. **Pensando fam.**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 55-62, jun. 2014. Disponível em:

[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-494X2014000100006&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2014000100006&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 09 abr. 2022.

GREINERT, B. R. M; MILANI, R. G. Depressão pós-parto: uma compreensão psicossocial. **Psicol. teor. prat.**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 26-36, abr. 2015. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-36872015000100003#:~:text=A%20depress%C3%A3o%20pode%20manifestar%2Dse,Silva%20%26%20Botti%2C%202005](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872015000100003#:~:text=A%20depress%C3%A3o%20pode%20manifestar%2Dse,Silva%20%26%20Botti%2C%202005)). Acesso em: 24 abr. 2022.

LIMA, R. A; ALVES, I. C.B. As particularidades da (in)satisfação conjugal antes e depois da chegada dos filhos. **Boletim Academia Paulista de Psicologia**. [online]. 2010, v. 30, n. 79, pp. 424-439. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/946/94615412014.pdf>. Acesso em: 21 out. 2022.

LOPES, M. N; DELLAZZANA-ZANON, L. L; BOECKEL, M. G. A multiplicidade de papéis da mulher contemporânea e a maternidade tardia. **Temas em Psicologia**, v. 22, n. 4, p. 917-928, 2014. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-389X2014000400018](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2014000400018). Acesso em: 24 abr. 2022.

MACHADO, J. S.A; PENNA, C. M. M; CALEIRO, R. C. L. Cinderela de sapatinho quebrado: maternidade, não maternidade e maternagem nas histórias contadas pelas mulheres. **Saúde em Debate** [online]. v. 43, n. 123, p. 1120-1131. Disponível em: <https://scielosp.org/article/sdeb/2019.v43n123/1120-1131/#>. Acesso em: 30 abr. 2022.

MANSUR, L. H. B. Experiências de mulheres sem filhos: a mulher singular no plural. **Psicologia: Ciência e Profissão** [online]. 2003, v. 23, n. 4, pp. 2-11. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/qnKD9ggzVd4DvzpJVvNvtcx/?lang=pt#>. Acesso em: 07 mai. 2022.

MESTRE, S. O; SOUZA, E. R. “Maternidade guerreira”: responsabilização, cuidado e culpa das mães de jovens encarcerados. **Revista Estudos Feministas** [online]. 2021, v. 29, n. 2. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/DjkdXzG7YCwqtQfnBFTwnLR/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 15 out. 2022.

MIRANDA-RIBEIRO, A. GARCIA, R. A. FARIA, T. C. A. B. Baixa fecundidade e adiamento do primeiro filho no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População** [online]. 2019, v. 36. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbepop/a/3ynGwgHNxK5WptH7dsQYzdF/?lang=pt>. Acesso em: 02 out. 2022.

MOURA, S. M. S. R; ARAÚJO, M. F. Maternidade na história e a história dos cuidados maternos. Disponível em:

<https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://www.scielo.br/j/pcp/a/3sCV35wjck8XzbyhMWhnrzG/%3Fformat%3Dpdf%26lang%3Dpt&ved=2ahUKEwjJ6PqGxZT3AhUmGbkGHc4eAZMQFnoECAgQAQ&usg=AOvVaw1MXLhab5N4JFTdgoUS89DG>. Acesso em: 13 abr. 2022

OLIVEIRA-CRUZ, M. F; CONRAD, K. Q. Refletindo maternidades e redes sociais digitais a partir do feminismo matricêntrico. **Revista Estudos Feministas [online]**. 2022, v. 30, n. 2. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ref/a/bX45T4QbY459q3dtcwrJV8s/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 27 out. 2022.

OLIVEIRA, P. N; OLIVEIRA, T. T. Reflexões feministas e maternas em narrativas contemporâneas escritas por mulheres. **Revista Letras Raras**, v. 10, n. 4, pp. 79-97 / Eng. 78-96, dez. 2021. Disponível em:

<http://revistas.ufcg.edu.br/ch/index.php/RLR/article/view/2196> . Acesso em: 30 abr. 2022.

PAIM, H. H. S. Corpo e reprodução Marcas no corpo: gravidez e maternidade em grupos populares. In: DUARTE, L. F. D; LEAL, O. F. orgs. **Doença, sofrimento, perturbação: perspectivas etnográficas [online]**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1998.pp. 28-47. Disponível em:

<https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://books.scielo.org/id/yw42p/pdf/duarte-9788575412572-02.pdf&ved=2ahUKEwib66uJ24H7AhWxkZUCHY5NBXMQFnoECAoQAQ&usg=AOvVaw2eoyNiwkLAFcu-yGjoACcv>. Acesso em: 27 out. 2022.

PEREIRA, L. C; TSALLIS, A. C. Maternidade versus sacrifício: uma análise do efeito moral dos discursos e práticas sobre a maternidade comumente engendrados nos corpos das mulheres. **Pesqui. prá. psicossociais**, São João del-Rei, v. 15, n. 3, p. 1-14, set. 2020. Disponível em:

[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-89082020000300008&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082020000300008&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 12 mai. 2022.

PESCE, L. R; LOPES, R.C.S. "O Lado B da Maternidade": Um Estudo Qualitativo a partir de Blogs. **Estud. pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 205-230, abr. 2020. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1808-42812020000100011](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812020000100011). Acesso em: 01 mai. 2022.

REIS, N. ALENCAR, L. **Revista Crescer: uma análise discursiva dos sentidos sobre a maternidade**. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R12-0878-1.pdf&ved=2ahUKEwj5hbatsuD3AhVKtJUCHa22Ac44ChAWegQIAhAB&usg=AOvVaw23A9q0P9jwe-BTyfNvvWZO> . Acesso em: 04 mai. 2022.

SANTOS, C. **Os mitos que romantizam a maternidade**. Disponível em: <https://www.militanciamaterna.com.br/dos-mitos-sobre-m%C3%A3es-que-romantizam-a-maternidade-726de4baf42b/>. Acesso em: 12 mar. 2022

SCAVONE, L. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. **Cadernos Pagu [online]**. 2001, n. 16, pp. 137-150. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/3wSKqcsySs8ZV4rHM63K8Lz/?lang=pt#>. Acesso em: 10 mai. 2022.

SILVA, D. V. R. **Morbidade Materna Grave: estudo qualitativo sobre a experiência de um grupo de mulheres**. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/22/22133/tde-08012015-103617/publico/DANIELAVITTIRIBEIRODASILVA.pdf>. Acesso em: 27 out. 2022.

SIMÃO, A. B; COUTINHO, R. Z; GUEDES, G. R. Desejo por filhos entre mulheres de alta escolaridade: conflitos, mudanças e permanências. **Revista Brasileira de Estudos de População [online]**. 2020, v. 37. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepop/a/G9Q6W5bnGfm69JHTwYSJfLP/?lang=pt#>. Acesso em: 08 out. 2022.

SOUZA, A.L.F. **“Me deixem decidir se quero ou não ser mãe!”: narrativas pessoais de mulheres sobre a maternidade nas mídias sociais**. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/14957>. Acesso em: 27 mar. 2022.

VIELLA, I.L. **Para além da maternidade: Um estudo sobre mulheres que optaram**

**por não ter filhos.** Disponível em:

<https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/10160/1/PARA%2520AL%25C3%2589M%2520DA%2520MATERNIDADE%2520UM%2520ESTUDO%2520SOBRE%2520MULHERES%2520QUE%2520OPTARAM%2520POR%2520N%25C3%2583O%2520TER%2520FILHOS.pdf&ved=2ahUKEwisv46SqOD3AhWvqJUCHdLwA0MQFnoECAwQAQ&usg=AOvVaw0hetaiPnqtY-RP7mCRPhTq>. Acesso em: 25 mar. 2022.

WINNICOTT, D. W. (1999). **Os bebês e suas mães.** São Paulo: Martins Fontes.